

**CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA SOCIAL E DA EDUCAÇÃO POPULAR**  
**NA PROMOÇÃO DA CIDADANIA JUVENIL ATIVA:**  
**REFLEXÕES SOBRE O PROJETO ECOLOGICAMARÁ**

**TEIXEIRA, Lumena Celi** – CAMARÁ / UNIP – [lumenact@terra.com.br](mailto:lumenact@terra.com.br)

**RESUMO**

Apresentamos uma experiência de educação não-formal, direcionada a jovens de baixo poder aquisitivo, cujo objetivo geral foi o de promover a participação ativa desses atores sociais na transformação de suas comunidades e em prol de melhores condições de vida. O projeto, executado pelo CAMARÁ entre 2002 e 2006, promoveu a formação de 20 jovens monitores ambientais, os quais atuaram junto a 1.400 jovens, em sete bairros populares da cidade, levando-os a diagnosticar problemas ambientais em suas comunidades e elaborar planos de ação que enfrentassem as questões detectadas. Ancorou-se em leituras complexas da realidade, concebendo a constituição do sujeito em um processo sócio-histórico de contínuas trocas intersubjetivas, marcando o campo de uma Psicologia Social crítica, comprometida com a emancipação desses sujeitos. As práticas pedagógicas fundaram-se no pensamento freiriano, estabelecendo a dialogicidade e a construção coletiva do conhecimento como essência do processo educativo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Juventude, participação juvenil, cidadania ativa, educação ambiental, Camará, Psicologia Sócio-histórica, Educação Popular.

**ABSTRACT**

We present an experience of non-formal education, directed to young persons of low purchasing power, which general objective was it of promoting the active participation of these social actors in the transformation of their communities and on behalf of better conditions of life. The project, executed by the CAMARÁ between 2002 and 2006, promoted the formation of 20 young environmental monitors, which acted near 1.400 young persons, in seven popular districts of the city, taking them diagnosing environmental problems in his communities and preparing plans of action that were facing the detected questions. One anchored in complexes lectures of the reality, conceiving the constitution of the subject in a social-historical process of continuous intersubjective exchanges, marking the field of a critical Social Psychology, made a commitment to the emancipation of these subjects. The pedagogic practices were based on the thought of Paulo Freire, establishing the dialog and the collective construction of the knowledge like the essence of the educative process.

**KEYWORDS:** Youth, youthful participation, active citizenship, environmental education, Camará, Social-historical Psychology, Popular Education.

## INTRODUÇÃO

Apresentaremos aqui algumas das reflexões suscitadas pela realização de uma experiência de educação não-formal, direcionada a jovens de baixo poder aquisitivo, moradores de São Vicente, no litoral de São Paulo, cujo objetivo geral foi o de promover a participação ativa desses atores sociais na transformação de suas comunidades e em prol de melhores condições de vida.

De início cabe destacar que concebemos a promoção do desenvolvimento social não de forma interventiva, por ser considerada uma prática autoritária, mas como um processo de fortalecimento dos sujeitos para leituras críticas da realidade e conseqüente realização de ações conjuntas que impactem positivamente suas vidas.

Equivale a transpor, do ponto de vista ético e metodológico, relações historicamente construídas de forma desigual que destituem a população de poder sobre o próprio destino, para um modelo de associação entre atores sociais com base em uma solidariedade ativa, na responsabilidade civil e pautado por interesses públicos e coletivos.

O projeto ECOLOGICAMARÁ<sup>1</sup>, por mim coordenado e realizado entre 2002 e 2006, provocou importantes transformações, em diferentes âmbitos<sup>2</sup>. Pautado pelo pensamento de Paulo Freire (1996:38), tal processo educativo fundamentou-se no pressuposto de que *“Não há inteligibilidade que não seja comunicação e intercomunicação e que não se funde na dialogicidade.”*. Sendo assim, o diálogo e a construção coletiva - de conhecimentos e processos - constituíram-se nos princípios metodológicos fundamentais desse projeto.

---

<sup>1</sup> **Equipe executora do Projeto Ecologicamará:** Lumena Celi Teixeira, Cordenadora. João Carlos Guilhermino da Franca, Articulador institucional. Viviane Gorgatti, Psicóloga supervisora. Daniela Yone Uechi, Assistente administrativo. Educadores: Abigail Appes (2002-2003); Luciano Paixão (2002-2003); Fernando Rino (2002); Maria Eliza de Sales Amaral Siqueira (2002-2004); Plutarco Drumond de Magalhães Neto (2004); Wilson Carlos Bregochi Jr (2004); José Carlos Názara (2005/2006); Tania Teresa Krempel (2005/2006). Animadores socioculturais: Adriana Dantas de Souza Gama; Álvaro Fernandes Ferreira de Sousa; Ana Paula de Oliveira; Christopher dos Santos Souza; Ewerton dos Santos Candido; Fátima Carolina Baeta; Jeniffer Ramos de Souza Cruz; Nathalia dos Santos Alves; Ricardo Alves Gonçalves; Vanessa Alves da Silva; Vanessa Santos da Silva.

<sup>2</sup> Os textos de sistematização do Projeto Ecologicamará foram publicados em livros do Instituto Credicard. A primeira etapa do projeto consta em ESTEVES, S. (org). Jovens Escolhas em Rede com o Futuro. São Paulo: Umbigo do Mundo, 2005; a segunda etapa em ESTEVES, S. (org). Educadores e Jovens em Ação. São Paulo: Via Imprensa Edições de Arte, 2006.

Os resultados obtidos com relação ao público a que o projeto se destinava – jovens, educadores e organizações parceiras – será apresentado no decorrer do texto. No entanto, gostaria de mencionar desde logo os impactos produzidos no CAMARÁ, organização executora do projeto, os quais justificam a essência desse relato.

O projeto Ecologicamará previa a formação de 20 jovens monitores ambientais, os quais atuariam junto a outros jovens de comunidades periféricas do município, com o intuito de facilitar processos coletivos de diagnóstico da realidade, elaboração, execução e avaliação de planos de ação nessas comunidades, voltados ao cuidado com o meio ambiente.

Previsto inicialmente para execução em dois anos, seus bons resultados levaram a uma proposta do financiador para mais dois anos e meio de continuidade, com ampliação de metas e propósitos.

Nessa então segunda etapa do projeto, a partir de 2004, metade dos jovens monitores passaram a compor a equipe executora, vivenciando um processo de resignificação do papel a desempenhar na relação com os grupos juvenis. Desde então, estratégias diversas como montagem de esquetes teatrais, coreografias, produção de vídeos, mostras culturais, rodas de leitura, cine-educação, debates sobre políticas públicas, saídas culturais e muitas rodas de conversa, têm sido utilizadas na sensibilização dos grupos juvenis, reunidos em escolas e outros espaços comunitários.

Nesse ínterim tomamos contato com as reflexões produzidas no campo da animação sociocultural (ASC), a partir do Colóquio Internacional realizado pelo SESC São Paulo (2004), e encontramos ali uma identificação profunda com o que vínhamos realizando, embora com outra nomenclatura.

Nas palavras de Victor Ventosa (2006:416), ASC é entendida como “*o processo em que uma comunidade se converte em protagonista de seu próprio desenvolvimento*”. Essa concepção nos remete a referências muito próximas, estreitamente articuladas ao nosso contexto histórico, já que a sociedade brasileira segue aprimorando seu sistema democrático, contando há décadas com a dedicação de educadores, psicólogos sociais e

outros profissionais das ciências humanas no desenvolvimento do potencial criativo e transformador de determinados segmentos da população. Sendo assim, a ASC nos pareceu um campo teórico-prático promissor enquanto referência para os processos educativos em curso no Camará. Desde então vimos incorporando tais referências em nossa prática institucional, buscando aprimorar, especialmente, os processos de formação de jovens animadores socioculturais.

Desde um ponto de vista institucional trata-se, portanto, de um processo em curso, produzindo mudanças significativas nas práticas e na identidade da instituição e sinalizando bons desafios metodológicos. Entre 2008 e 2010 nos dedicaremos a formar a segunda turma de “monitores”, desde já considerados futuros animadores socioculturais, nos dispendo a alargar horizontes e reafirmar o lugar de destaque da cultura e da arte nesse processo.

Importantes desafios estão colocados nesse caminho. Por exemplo, a necessidade de aprimoramento dos métodos de mobilização dos jovens, bem como o enfrentamento às altas taxas de evasão, dada a presença significativa de fatores como desesperança, individualismo e imediatismo, além das limitações de ordem material e do analfabetismo funcional.

A adversidade de um cenário social marcado por profundas desigualdades econômicas, sociais e culturais; a resignação da população em geral e dos jovens em particular, com relação à suposta incapacidade de ação transformadora, e a arcaica estrutura do ensino formal que não tem contribuído para a formação de sujeitos críticos e autônomos, são mais alguns desafios colocados pela realidade brasileira nesse caminhar.

Perseguindo o objetivo de promover a organização das pessoas em torno de ações que resultem em desenvolvimento sociocultural, prosseguimos no aperfeiçoamento de metodologias que provoquem desconforto, que ajudem, em particular aos jovens, a desenvolver a capacidade de analisar a realidade e responder ativamente aos problemas ali observados, tomando consciência do seu papel na construção social dessa realidade. Nesse caminhar, a Psicologia Social e a Educação Popular têm se constituído em importantes referências.

No Camará adotamos uma prática ancorada em leituras complexas da realidade, concebendo a constituição do sujeito em um processo sócio-histórico de contínuas trocas intersubjetivas.

"O homem é concebido como a síntese de múltiplas determinações, cuja subjetividade é construída material e historicamente. Trata-se de ir além da noção de mera influência dos aspectos sociais no processo psicológico de cada ser humano, mas de conceber a constituição do sujeito sempre sob determinadas condições sociais, portanto materiais, e sempre como resultado da atividade de gerações anteriores, portanto histórico." (VIGOTSKI, in TEIXEIRA, 2003:106)

Em contraposição à perspectiva do essencialismo e do caráter universal na concepção de sujeito, pensamos o psiquismo considerando os modos singulares de inserção dos sujeitos na cultura, concebendo sua constituição a partir dessa pluralidade. No entanto, esse processo de constituição da subjetividade não se apresenta como uma expressão direta do mundo material que se impõe de fora, mas a síntese entre o novo que se experimenta e os conteúdos subjetivos já configurados até então. Imerso em sua cultura e em suas mais diversas relações sociais, entendemos que o ser humano segue permanentemente produzindo novas configurações subjetivas, a partir das experiências materiais e das relações que estabelece com os outros.

Os processos de subjetivação diferenciam-se a partir de cada contexto histórico específico, já que tais contextos produzem uma experiência subjetiva singular, pré-configurando nossos modos de pensar, agir e sentir. Os processos de subjetivação expressam, portanto, determinados valores que marcam nossa constituição histórica, e que orientam tanto nossos modos de existência - a ética, quanto nossas estratégias de produção de conhecimento - os paradigmas. (SILVA, 2003)

Essas colocações marcam o campo de uma Psicologia Social crítica, comprometida com uma perspectiva emancipatória em suas práticas, cuja contemporaneidade nos coloca importantes desafios. Além da produção de reflexões teóricas que ofereçam substrato para maior compreensão sobre os processos psicossociais desse sujeito sócio-histórico, o desenvolvimento de práticas implicadas com o empoderamento dos sujeitos tem

legitimado a intersecção com outros campos das ciências humanas, e exigido uma reavaliação permanente dos métodos e estratégias utilizados. Nessa perspectiva amplia-se o objeto de intervenção do psicólogo, que passa a abarcar aspectos da vida concreta cotidiana e seus efeitos na configuração de subjetividades, ao mesmo tempo produzidas e realimentadas no entrelaçamento das relações institucionais e comunitárias estabelecidas entre os indivíduos.

"Para se contribuir com uma vida psicológica mais saudável, é necessário que o trabalho a ser desenvolvido ultrapasse a esfera do individual e do particular, ao mesmo tempo em que adquira uma perspectiva de apreensão da realidade — em sua totalidade e em sua concretude histórica — podendo então apreender a vida concreta das pessoas. Fazer isto, na especificidade do trabalho das práticas psicológicas, significa atuar dentro de uma perspectiva da psicologia social, em uma visão sócio-histórica, junto às relações que são travadas na esfera do cotidiano, eliminando-se posturas reducionistas, psicologizantes e a-históricas sobre os processos psicossociais." (FREITAS, 2002:76)

Segundo essa mesma autora há dois elementos presentes e intrínsecos à própria dinâmica do trabalho comunitário: em primeiro lugar, a detecção e compreensão da dimensão sociopolítica da ação humana e as repercussões psicossociais — ou significados — dessa ação, seja para o psicólogo comunitário, seja para a comunidade. Em segundo, o fato de que a natureza do comprometimento político e social do trabalho de intervenção psicossocial nos remete a identificar que impactos e retornos este tipo de prática tem produzido e para quais setores da população e dos participantes. (FREITAS, 2003)

A práxis construída nos trabalhos comunitários deve produzir impactos psicossociais na vida cotidiana das pessoas, implicando-as em processos de politização e de participação voltados aos interesses comuns. Para tanto a Psicologia Social Comunitária, cujo papel tem sido o de educar e politizar, tem promovido a construção de sujeitos coletivos como atores da transformação social, a partir da conscientização advinda da atribuição de sentido às suas relações cotidianas imediatas. Nessa medida, estratégias desenvolvidas no âmbito da Educação Popular têm sido importantes catalisadores desses processos.

## O CAMARÁ

O Centro Camará de Pesquisa e Apoio à Infância e Adolescência é uma organização não-governamental sem fins lucrativos, fundada em 1997 e situada em São Vicente, litoral de São Paulo, cuja missão é “*contribuir para a construção de uma sociedade equânime e sustentável por meio da promoção dos direitos humanos de crianças, adolescentes e jovens, do desenvolvimento sociocultural e da proteção ambiental*” ([www.projetocamara.org.br](http://www.projetocamara.org.br)).

Desde a sua fundação atua diretamente sobre as situações de risco social, buscando romper o círculo de violação dos direitos das crianças, adolescentes e jovens. Atualmente, três diretrizes norteiam suas atividades: atuação direta com seu público, atuação em políticas públicas, produção e disseminação de conhecimentos.

Ao promover o desenvolvimento pessoal por meio do fortalecimento do sujeito e da sua capacidade de diálogo, o Camará vem fomentando potencialidades, autonomia e o exercício consciente da cidadania. Ao mesmo tempo, trabalha a coletividade, fortalecendo processos grupais referidos em valores democráticos e no sentimento de justiça social.

O convite à participação juvenil ativa funciona como uma estratégia político-pedagógica, especialmente àqueles que ocupam um lugar social vulnerável, incentivando-os a intervir positivamente na sua realidade.

Com essa prática, os jovens estão sempre sendo chamados a ocupar um lugar de produtores de cultura e de oportunidades, já que as ações do Camará são direcionadas à concretização das propostas criadas conjuntamente. Este sistema participativo vem promovendo consciência crítica aos participantes, crescimento pessoal e produções coletivas.

## **PROJETO ECOLOGICAMARÁ: FORMAÇÃO DE MONITORES AMBIENTAIS**

Financiado pelo Instituto Credicard, o Camará compôs o conjunto de 13 ONGs que realizaram a primeira edição do Programa Jovens Escolhas em Rede com o Futuro – PJE. Para um período de dois anos do projeto, as metas eram formar 20 jovens monitores ambientais – hoje reconhecidos no Camará como animadores socioculturais – os quais deveriam formular e executar planos de ação que envolvessem pelo menos outros 100 adolescentes e jovens em ações pautadas por interesses públicos e coletivos. Em seu primeiro ano, 2002, privilegiou-se o meio ambiente natural, no ano seguinte passou ao meio urbano ocupado e degradado, numa proposta de intervenção prática e direta sobre o ambiente e seus moradores.

Este projeto partiu da noção de que o trabalho educativo com jovens deve ser capaz de despertar consciência ecológica, provocar o desenvolvimento de uma justa imagem de si e do outro, contribuir para melhores padrões de relacionamento interpessoal e ainda produzir impacto positivo na preparação desse jovem para o mundo do trabalho.

Em todos os espaços educativos do projeto a tônica esteve na construção grupal e solidária, reforçando uma ética comprometida com interesses menos pessoais ou particulares, mas fundamentalmente coletivos. Dessa forma os jovens foram chamados a ocupar um lugar de produtores de cultura e de oportunidades, já que as ações do projeto estiveram voltadas à concretização das propostas criadas conjuntamente.

É nossa diretriz fortalecer os espaços internos de formação, debate e exercício dos processos de gestão compartilhada, e ao mesmo tempo ampliar as oportunidades de participação autônoma dos jovens nos espaços públicos. A intenção é fomentar um sistema participativo que promova criações coletivas, crescimento pessoal e consciência crítica aos participantes. Nessa medida, os principais valores trabalhados com os jovens têm sido a superação de posturas individualistas e a valorização da cooperação, respeito à diversidade e às diferenças, honestidade, compromisso, inquietude e curiosidade, indignação e atitude crítica, justiça e ética, diálogo e participação democrática.



As práticas pedagógicas adotadas colocam diante dos jovens situações que provocam compreensões novas e complexas. Na medida em que são levados a conhecer e analisar situações concretas, interpretando criticamente a realidade, a consequência imediata é pensar em transformar essa realidade adversa, de acordo com padrões éticos e de justiça em um sentido amplo. Trata-se de alargar os limites impostos pelas más condições econômicas, sociais e culturais, promovendo o desenvolvimento de uma postura pró-ativa diante da vida, fundada no respeito e na cooperação. Isso possibilita ao jovem a formulação de novos projetos de vida, ao se introduzir opções de escolha e criar oportunidades para ocupação de novos papéis sociais.

O projeto Ecologicamará nos trouxe o desafio de instituir uma prática que fosse a um só tempo capaz de estimular os jovens na busca de novos conhecimentos e competências e legitimar experiências e vivências de cada participante do projeto – jovens e educadores. O sistema adotado foi o da gestão compartilhada, ou co-gestão, propondo uma crítica às concepções dominantes sobre modos de gerir o trabalho em equipe e sustentando a idéia de que a gestão fosse uma tarefa coletiva. Para tanto instituímos a Oficina de Cidadania como espaço de reflexão crítica, avaliação das relações com os parceiros, reconhecimento das aprendizagens, proposição e tomada de decisão sobre os rumos do projeto em andamento.

O exercício da reflexão consciente, além do planejamento das ações, seu monitoramento e avaliação - ferramentas necessárias ao desempenho da co-gestão de um projeto social - colaboraram muito na superação das dificuldades de relacionamento interpessoal que surgiram no decorrer do processo. A Oficina de Cidadania garantia espaço também para explicitar e processar vivências desestabilizadoras do grupo, fortalecendo nos jovens a capacidade de escuta, o respeito às diferenças e a competência para mediação de conflitos.

Também apoiamos e promovemos a participação dos jovens em espaços de exercício da democracia participativa (conselhos municipais, conferências, fóruns), acreditando que o jovem e as pessoas em geral, assim como nos ensinou Paulo Freire (2000), quanto mais refletem sobre a realidade e sua situação concreta, mais emergem, plenamente conscientes e comprometidos, prontos a intervir na realidade para transformá-la.

As coisas estão no mundo, mas é preciso aprender a interpretá-las, não basta somente ver, é preciso compreender. Assim, uma formação educativa integral constitui-se num processo contínuo de construção e reconstrução, de ação e reflexão sobre a realidade, que supere uma visão de mundo fragmentada. Para que sejam realmente conhecidos, os fenômenos devem ser identificados, analisados e interpretados, no sentido de compreender relações, conexões, estruturas internas, relações entre parte e todo e finalidades, que podem não estar visíveis num primeiro olhar.

Deste pressuposto emergiu nossa proposta de Educação Ambiental, baseada na concepção de que a luta para se viver em um ambiente ecologicamente equilibrado faz parte também da defesa dos direitos de cidadania. Trata-se, portanto, de compreender as questões ambientais para além de suas dimensões biológicas, químicas e físicas, mas também enquanto problemas sociopolíticos, o que exige a formação de uma consciência ambiental e a preparação para o pleno exercício da cidadania.

Sempre adotando o método de produção do conhecimento como um movimento, procuramos levar o pensamento dos jovens a transitar continuamente entre o abstrato e o concreto, entre a forma e o conteúdo, entre o imediato e o mediato, entre o simples e o complexo, ou seja, da observação da realidade dos ecossistemas da Baixada Santista à sua compreensão sistêmica e fatores de degradação, na perspectiva da construção de autonomia intelectual e ética.

Além de noções básicas de Fotografia, Vídeo e Teatro, as atividades incluíram oficinas de Reaproveitamento de Materiais e Paisagismo, culminando com a ação dos jovens monitores na condução de um processo participativo da comunidade do Sambaiatuba - assentamento precário em fase de reurbanização - para a formulação de um projeto paisagístico voltado a pequenos espaços livres do bairro, transformando-os em praças.

### **PROJETO ECOLOGICAMARÁ EM REDE: JOVENS MOBILIZANDO JOVENS EM TORNO DE PROJETOS COLETIVOS**

A segunda fase do projeto, executada entre janeiro de 2004 e junho de 2006, foi realizada em rede com outros parceiros: organizações governamentais e não governamentais, escolas e grupos da comunidade. Neste período o projeto passou a ser

denominado de *Ecologicamará em Rede* e 11 dos jovens monitores formados durante a primeira edição passaram a compor a equipe executora, na função de animadores socioculturais. Juntamente com outras duas ONGs da Bahia, constituímos os Núcleos Reeditores do PJE.

Em conjunto, e a partir das deliberações estabelecidas em reuniões mensais de co-gestão, educadores e representantes das organizações parceiras também compuseram a equipe. Foi oferecida também aos educadores uma experiência concreta de processo participativo na construção do conhecimento, pautado na ação-reflexão-ação enquanto instrumento de crescimento individual e coletivo. As reuniões de co-gestão se constituíram no espaço privilegiado para esse exercício, já que por meio de debates e reflexão sobre as ações educativas, criou-se condições para a troca e a experimentação de metodologias fundadas no exercício democrático.

A proposta levada aos jovens das organizações parceiras foi de que diagnosticassem na sua comunidade algum problema ambiental a ser enfrentado, elaborassem em grupo um projeto de intervenção e o colocassem em prática. Foram diretamente beneficiados 1.400 jovens, no período de 30 meses, sendo que por volta de 350 desses jovens chegaram a elaborar e executar planos coletivos de ação. Participaram, ainda, cerca de 900 jovens e 1.200 adultos em ações indiretas: oficinas, exposições dialogadas, apresentações teatrais seguidas de debates. No cômputo geral, 13 grupos juvenis desenvolveram 24 planos de ação em suas comunidades.

Os grupos juvenis aconteceram em sete bairros de São Vicente: Sambaiatuba, Rio Branco, Vila Ponte Nova, Vila Margarida, Parque São Vicente, Parque Bitaru e Jóquei Clube; e ainda em quatro outros municípios: Santos, Guarujá, Praia Grande e Cubatão. Articulou-se uma rede de 13 organizações<sup>3</sup> em torno do projeto, sendo que 20 educadores e/ou representantes dessas organizações parceiras participaram de atividades formativas.

---

<sup>3</sup> **Organizações parceiras:** Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA; Secretaria Municipal de Obras e Meio-ambiente - SEOBAM; Unidade Executora Municipal – Projeto de Reurbanização do Sambaiatuba - UEM; Secretaria Municipal de Cidadania e Ação Social - SECIAS; Associação Presbiteriana de Ação Social - APAS; Diretoria Regional de Ensino (2004); Programa Agente Jovem (2004); IBAMA – Regional Baixada Santista (2004-2005); Programa de Medidas Sócio-educativas (2005); Pacto São Paulo – Projeto de Protagonismo Juvenil (2005); GTPOS/Instituto WCF - Projeto Sexualidade e Cidadania (2005); Círculo de Amigos do Menino Patrulheiro CAMP-Rio Branco (2005-2006); Sociedade de Melhoramentos da Vila Ponte Nova (2006).

Definido o grupo que iria compor o Núcleo Reeditor, foram estabelecidos coletivamente as atribuições e o modo de funcionamento do Núcleo: reuniões mensais de planejamento, monitoramento e avaliação das ações empreendidas e análise da participação das instituições com o processo coletivo em curso.

O grupo adotou como metodologia o seguinte procedimento:

- Identificação de determinada situação-problema que “emperrava” o processo educativo;
- Análise coletiva dos fatores envolvidos na situação identificada;
- Reconhecimento dos desafios a serem enfrentados;
- Proposição de ações estratégicas.

Essa produção coletiva dotava cada integrante do núcleo co-gestor de informações e conhecimento para tomar medidas, dentro de seus espaços de atuação, para recolocar o processo educativo em curso, sendo que ao Camará coube a função de produzir as condições para que a atuação desses profissionais pudesse ser validada em suas respectivas instituições. Foram realizadas reuniões com direção e coordenação pedagógica das escolas, com os demais professores nas escolas, com a supervisora de ensino e com os dirigentes das ONGs, com gestores e técnicos das secretarias do governo municipal. A avaliação do grupo indicava que o esforço de articulação deveria ser aumentado de modo a produzir maior impacto nas organizações parceiras.

Durante o ano de 2004 trabalhamos em duas escolas estaduais, com apoio da Diretoria Regional de Ensino, inserindo as atividades do projeto na grade curricular. A idéia era implantar um Núcleo de Cidadania Ativa em cada escola, a partir dos planos de ação formulados pelos jovens, envolvendo professores e alunos em projetos comuns. Esta etapa de inclusão das escolas no projeto nos trouxe grandes desafios. Ali a relação aluno/professor/direção acontecia a partir de uma forte verticalização, a direção exercia seu autoritarismo contra os professores e estes transferiam tal posicionamento aos alunos.

O principal problema não residia na indisciplina ou na desmotivação dos alunos, como muitos professores insistiam em concluir de forma pouco refletida, mas no modelo

político-pedagógico estabelecido, que pouco ou quase nada evoluiu durante décadas, fundado em relações anti-democráticas e de reafirmação de lugares equivocadamente cristalizados: aqueles que sabem e os que devem tão somente aprender.

Para surpresa dos professores, no decorrer do semestre os jovens se tornaram mais participativos, experimentando novos padrões de relação interpessoal e expressando maior interesse pela aquisição de conhecimento. Exceção feita àqueles professores que se reconhecem educadores de fato, os quais tentam, solitariamente, inovar pedagogicamente, os demais professores e a maioria dos dirigentes parecem não considerar a função da escola como espaço privilegiado de formação de cidadãos. Resistem às mudanças e dificultam o quanto podem a entrada de novos personagens no triste cenário dessa escola, tão desvalorizada por todos os seus atores sociais.

"Eu recomendaria diálogo, participação, co-gestão. Se esses princípios fossem incorporados à escola aconteceria uma revolução jamais vista, que iria entrar para a história." (Vanessa Alves, monitora ambiental, 20 anos)

No início, por ocasião das reuniões mensais de co-gestão, notava-se certo desconforto dos educadores em debater “de igual para igual” com os jovens monitores, mas com o passar do tempo foi notável o surgimento de interesse e respeito pela atuação dos mesmos. Nas escolas os professores mais próximos do projeto demonstravam isso cotidianamente, por exemplo, consultando-os diretamente sobre alguns encaminhamentos relativos às atividades e defendendo sua atuação quando questionados por outros professores que ainda apresentavam resistência ao projeto.

A gestão compartilhada do projeto foi o principal fator responsável pela crescente confiança depositada pelos educadores no trabalho educativo desses jovens. Esta “nova” relação entre os educadores e aqueles jovens, os quais vinham experimentando a prática educativa com entusiasmo, foi fator decisivo para a mudança de postura desses educadores, com relação aos educandos em geral: passaram a valorizá-los, a reconhecê-los como pessoas que podem se implicar de forma responsável com a própria formação, com questões e processos coletivos.

A efetividade da metodologia adotada pôde ser medida, portanto, pela mudança de atitude dos professores e pelas ações que os jovens começaram a realizar, considerando que somente quando as pessoas se sentem motivadas a modificar a realidade pode-se dizer que aprenderam a interpretá-la e compreenderam sua condição de sujeitos sociais e históricos no mundo.

"...já ouviram aquela frase - os incomodados que mudem o mundo? é isso que é ser protagonista, é acreditar num sonho e torná-lo real, lutando e tendo como arma a voz e o poder de se organizar em grupos juvenis..." (Nathalia, monitora ambiental, 17 anos)

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E OBRAS RECOMENDADAS:

CAMPOS, Gastão Wagner de Souza. *Um método para análise e co-gestão de coletivos*. São Paulo: Hucitec, 2000.

CAMPOS, Regina Helena de Freitas (org). *Psicologia Social Comunitária – da solidariedade à autonomia*. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 1996.

CORTI, Ana Paula; SOUZA, Raquel. *Diálogos com o mundo juvenil; subsídios para educadores*. São Paulo: Ação Educativa, 2004.

COSTA, Antônio Carlos Gomes da. *Protagonismo Juvenil: Adolescência, Educação e Participação Democrática*. Salvador: Fundação Odebrecht, 2000.

\_\_\_\_\_. *Pedagogia da Presença; da solidão ao encontro*. Belo Horizonte: Modus Faciendi, 2001.

BAREMBLITT, Gregório. *Grupos Teoria e Técnica*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia; saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1996.

\_\_\_\_\_. *Pedagogia da Indignação; cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: Ed. UNESP, 2000.

FREITAS, Maria de Fátima Quintal de. Psicologia na comunidade, psicologia da comunidade e psicologia (social) comunitária; Práticas da psicologia em comunidade nas décadas de 60 a 90, no Brasil. In CAMPOS, Regina H. de F. (org). *Psicologia Social Comunitária; da solidariedade à autonomia*. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2002.

\_\_\_\_\_. Práxis e ética na Psicologia Social Comunitária: possibilidades de transformação social na vida cotidiana. In PLONER, Katia S.; MICHELS, Lisia R.F.; SCHLINDWEIN, Luciane M.; GUARESCHI, Pedrinho A (orgs). *Ética e Paradigmas na Psicologia Social*. Porto Alegre, RS: ABRAPSO Sul, 2003.

GUARESCHI, Pedrinho. *Psicologia Social Crítica como prática de libertação*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

LANE, Silvia T. M.; SAWAIA, Bader Burihan (orgs). *Novas Veredas da Psicologia Social*. São Paulo: Brasiliense: EDUC, 1995.

MENCHÉN, Maria Del Mar Herrera. *La animación sociocultural: una práctica participativa de educación social*. Revista de Estudios de Juventud, nº 74, 2006. Disponível em <http://anijovem.blogspot.com>

MORIN, Edgar. *Os Sete Saberes necessários à Educação do Futuro*. São Paulo: Unesco e Cortez Editora, 2002.

NOVAES, Regina; VANUCCHI, Paulo (orgs). *Juventude e Sociedade: Trabalho, Educação, Cultura e Participação*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004.

SILVA, Rosane Neves. Ética e paradigmas: desafios da psicologia social contemporânea. In PLONER, Katia S.; MICHELS, Lisia R.F.; SCHLINDWEIN, Luciane M.; GUARESCHI, Pedrinho A (orgs). *Ética e Paradigmas na Psicologia Social*. Porto Alegre, RS: ABRAPSO Sul, 2003.

STREY, Marlene Neves e outros. *Psicologia Social Contemporânea*. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 1999.

SOUZA, Jessé. *A Construção Social da Subcidadania: por uma Sociologia Política da Modernidade Periférica*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

TEIXEIRA, Lumena Celi. Sentido subjetivo da exploração sexual para uma adolescente prostituída. In OZELLA, Sérgio (org). *Adolescências construídas - a visão da psicologia sócio-histórica*. São Paulo: Cortez Editora, 2003.

\_\_\_\_\_; NOVAES, Elizabete Borges de. Acompanhamento Psicossocial de adolescentes: uma metodologia inovadora no enfrentamento da exploração sexual. In LIBÓRIO, R.M.C. e SOUSA, S.M.G. (orgs). *A Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Brasil: reflexões teóricas, relatos de pesquisas e intervenções psicossociais*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004

VENTOSA, Victor J. (coord.). *Perspectivas Actuales de la Animación Sociocultural; Cultura, tiempo libre y participación social*. Madrid: Editorial CCS, 2006.

VIGOTSKI, L. S. *Teoria e Método em Psicologia*. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1996.

\_\_\_\_\_. *A Formação Social da Mente*. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1998.

ZANELLA, Andréa V. e outros (orgs). *Psicologia e Práticas Sociais*. Porto Alegre, RS: ABRAPSO Sul, 1997.